



CENTROS CULTURAIS SÃO PATRIMÔNIOS CULTURAIS?

DIAS, Paula Cristina da Costa Perez Tavares
*Estudante do mestrado do programa de Pós-Graduação
em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
paulacpdias@gmail.com*

167

RESUMO

Através da tecnologia o mundo que evolui e muda naturalmente, vê essas mudanças aumentarem com grande rapidez. Os sagrados locais de preservação de memória (bibliotecas e museus) não ficaram de fora destas mudanças e os centros culturais entraram em cena com uma junção de todos: biblioteca, museu e espaço de criação. É o tudo ao mesmo tempo, mas sem ter a obrigação de ser. Tendo seu lugar de destaque como um importante lugar de propagação cultural, com o fazer artístico e com a preservação de algumas vertentes de memórias, podem os centros culturais ser entendidos como patrimônios culturais? O que os legitimaria como tal? São essas interrogações que este trabalho busca discutir. Para ilustrar nossas questões usaremos a Casa de Cultura Laura Alvim e apontaremos possíveis explicações através de discussões sobre o que seriam os centros culturais e a perspectiva do que seria um patrimônio cultural.

Palavras-chave: Centro Cultural. Patrimônio Cultural. Casa de Cultura Laura Alvim

ABSTRACT

The world are naturally evolving and through technology its getting fast. The holy places of preservation of the memory (libraries and museums) didn't stay outside of those changes and the cultural centers became as a hub of all kinds of this disciplines: libraries, museums and collective memory creation. It's everything together, without compromises. Being a significative place to cultural spread through the artistic work and preservation of fields the memory, can the cultural centers be admitted as cultural patrimony? What can legitimate as such? The search this questions will be discuss at this work. We going to illustrate through the Casa de Cultura Laura Alvim and expose possible explanations using discussions about the definition about cultural centers and the perspective about what can be considered as a cultural patrimony.

Key-words: Cultural Center. Cultural Patrimony. Casa de Cultura Laura Alvim



O que é Centro Cultural?

Segundo Miranda (2003) as instituições culturais têm como desafio colocar o sujeito em contato com a obra e será esse contato que influenciará a formação do gosto, das preferências, de admiração, a consolidação de hábito, a capacidade de discernimento crítico, a aptidão para estabelecer um diálogo com a obra ou manifestação, bem como a capacidade de ser crítico em relação a elas. Dentro desta definição, sugerida pelo autor, para as instituições culturais estão inseridos também os centros culturais.

As discussões do que seria um centro cultural são diversas e muito ricas, até mesmo porque não há um consenso conceitual. Há estudos que os colocam como evolução das tradicionais bibliotecas, outros, como algo que se originou a partir dos tradicionais museus e, há ainda, a ideia de que seriam instituições que teriam surgido de maneira independente, sem necessariamente ser evolução de um ou de outro.

O que sabe é que exemplos de espaços que se assemelham aos centros culturais já existiam na Antiguidade Clássica. A Biblioteca ou Museu de Alexandria seria um grande complexo, com atividades culturais diversas, entre elas: anfiteatro, biblioteca, local de culto as divindades, jardim zoológico, botânico, entre outros. No século XIX, também foram observados espaços como estes na Inglaterra, os chamados centros de arte. Entretanto foi somente na França, no século XX, mais precisamente em 1977 com a inauguração do Centre National d'Art et Culture George Pompidou, que esses espaços começaram a se formar da maneira que os conhecemos hoje e se tornaram uma tendência mundial.

No Brasil os primeiros centros culturais, Centro Cultural do Jabaquara e Centro Cultural de São Paulo, surgiram na década de 80 em São Paulo. De lá pra cá a demanda por estes espaços cresceu e hoje, somente na cidade do Rio de Janeiro, em uma rápida pesquisa, na internet, é possível contar mais de trinta espaços¹ deste tipo.

¹ Casa França-Brasil, Centro Cultural do Banco do Brasil, Centro Cultural dos Correios, Centro Cultural da Justiça Federal, Centro Cultural Light, Espaço Oi Futuro, Centro Cultural Cândido Mendes, Conjunto Cultural da Caixa, Casa de Cultura Laura Alvim, Espaço Cultural Sérgio Porto, Casa da Gávea, Centro de Arte Hélio Oiticica, Casas Casadas, Centro Cultural Oduvaldo Viana, Espaço Cultural da Marinha, Instituto Moreira Salles, Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ, Centro Cultural Afro-Brasileiro de Nilópolis, Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa, Centro Cultural Jongo da Serrinha, Centro Cultural Calouste Gulbekian, Centro Cultural do Ministério da Saúde, Centro Cultural José Bonifácio, Centro Cultural Cartola, Centro Cultural Municipal Laurinda Santos Lobo, Paço Imperial – Centro Cultural do Iphan/MinC, Centro Cultural da Bíblia, Centro Cultural do Movimento Escoteiro, Centro Cultural Municipal Parque das Ruínas, Centro de Artes Funarte, Centro de Arte Hélio Oiticica, Centro de Memória do Carnaval, Espaço Cultural Constituição, Espaço Cultural Correia Lima, Centro Cultural Oduvaldo Vianna Filho, Centro Cultural Jerusalém, Instituto Cultural Cravo Albin, Espaço Cultural Trem de Prata e etc.



Explicar de maneira objetiva o que é um centro cultural bate na barreira quanto ao uso indiscriminado e confuso do termo, como explica Milanesi (1997) ao observar que espaços que em alguns lugares são chamados de museus, em outros recebem nome de centros culturais e, num terceiro lugar é concebido como biblioteca. E se distinguir centros culturais de museus e bibliotecas já é, em diversas situações, uma missão confusa, essa missão se complica ainda mais, uma vez que esses espaços podem ser denominados de diversas maneiras, tais como: casa de cultura, espaço cultural, centro de arte, espaço de memória e podemos citar também os institutos e as fundações que, por vezes, exercem as mesmas funções desenvolvidas por um centro cultural.

Teixeira Coelho (1986) até coloca um pouco de ordem e elucida um pouco a confusão ao afirmar que, no Brasil, espaços batizados de centro cultural, espaço cultural e casa de cultura possuem características específicas. Espaço cultural, segundo Teixeira Coelho, seriam locais mantidos pela iniciativa privada, que tem como foco determinadas atividades culturais e não possuem acervo. Os centros culturais, por sua vez, normalmente são instituições mantidas pelo governo, possuem equipamentos como salas de teatro, cinema, biblioteca etc. Oferecem diversas atividades, todas ao mesmo tempo e mantêm uma programação constante. Já o termo casa de cultura é usado quando o espaço em questão abriga um pequeno centro cultural, com uma modalidade cultural determinada, podendo possuir espaços para atividades específicas e também possuiria acervo ou pode designar instituições que divulgam apenas uma modalidade cultural, determinada personalidade ou ainda podem ser instituições estrangeiras que tem como objetivo promover suas culturas nacionais.

Há ainda o fato que o termo “centro cultural” pode ser usado para especificar um espaço que foi idealizado como tal, mas também pode ser usado apenas como um conceito. Exemplos do uso do termo centro cultural apenas como conceito vemos constantemente ao denominarmos alguns museus e bibliotecas como grandes centros de cultura, pelas diversas atividades culturais oferecidas, mas ainda assim focando em seus objetivos iniciais, que seriam propiciara divulgação e o acesso ao conhecimento.

Esse acúmulo de funções observado é valorizado pelas novas tecnologias, pela agilidade nas transmissões de informações que tornou tudo e todos conectados. E essas mudanças atingiram também os “sagrados” locais de preservação de memória. Se antes a memória era repassada apenas pela fala e depois pela escrita, hoje ela está a um clique



“obrigando” tanto os museus como as bibliotecas a mudarem sua postura e abrirem as portas para uma nova troca com o público.

Os centros culturais, por sua vez, enquanto um espaço idealizado como tal, agregam as funções de estímulo e criação de novos conhecimentos com o ideal de divulgação e acesso por natureza.

A grande verdade é que, independente de museus e bibliotecas evoluírem para centros culturais ou se um não tem nenhuma ligação direta com os outros, ou se, ainda, centro cultural é apenas um termo, os centros culturais por estarem mais conectados a nova realidade informacional, ajudaram a desacralizar os museus e as bibliotecas, espaços considerados sagrados e elitistas e essa dessacralização, com a vontade desses espaços de se tornar grandes centros de cultura é que propiciam a verdadeira democratização da cultura, do fazer artístico, do conhecimento e da memória.

Os museus e bibliotecas sempre tiveram esse potencial, o que mudou foi o público e os agentes responsáveis por estes espaços. Ambos foram criados, há bastante tempo, para serem verdadeiros centros de estudo e pesquisa, espaços perfeitos para realizações de seminários, aulas, palestras. Em diversos casos é possível observar espaços como cinema, teatro, cafés, livrarias e/ou pequenas bibliotecas e exposições. Nos museus, por exemplo, além dos espaços de exposições de longa duração, há também as exposições itinerantes² e as exposições de curta duração que sempre deram vida e dinamismo a esses espaços, a diferença é que agora, a exemplo dos centros culturais, o objetivo deixa de ser o objeto e passa a ser o sujeito.

Importante ressaltar que mesmo com os ideais, não só de democratização e divulgação, como também de gerador e de cultura, como os dos museus e bibliotecas, os centros culturais não tem a obrigatoriedade de possuir um acervo, isto é, eles podem ter seu próprio acervo, reserva técnica, biblioteca, arquivos, mas isso não os define, um centro cultural não deixaria de ser um centro cultural por ter ou não um acervo permanente.

Para que possamos seguir adiante no objetivo principal deste trabalho que é estudar centros culturais enquanto patrimônios culturais, definiremos pelo básico, centros culturais são espaços culturais. A ideia é que eles consigam, através da participação ativa dos frequentadores, se tornarem um local de produção artística, isto é, um local onde se produz arte, juntamente com o público de todas as faixas etárias e classes sociais. Teoricamente

² Exposições remontadas em espaços diversos, ficando em cada local por um curto período.



buscam o fim da elitização social e o fim do culto, observados nos demais espaços culturais, já citados aqui. O enfoque não é a arte em si, mas sim as pessoas que fazem, observam e apreciam a arte, seja ela qual for.

Milanesi (1997) e Teixeira Coelho (1986) destacam que nos centros culturais existem três campos de atuação com a cultura: a criação, que em geral acontece por meio de cursos e oficinas que visam à formação artística e à educação estética, o campo da circulação, que ocorre através de uma política de atividades e eventos, com vistas à formação de público. E por último, o terceiro campo, que seria o campo da preservação, baseado na relevância da manutenção da memória cultural de uma coletividade.

O papel desses espaços é o de estar preparado para a demanda de público que passará a frequentá-los, por conta das variedades de opções oferecidas e de estarem aptos a abrigar diversas expressões culturais, até mesmo àquelas consideradas populares ou não cultas, abertos para novas vertentes culturais, novos artistas e novas formas de expressão artística.

Os fatores essenciais para a realização desses objetivos é oferecer um espaço de formação para cidadania, com reflexões políticas e sociais, com uma real participação dos frequentadores e condições para a produção cultural e a geração de arte.

Casa de Cultura Laura Alvim – C.C.L.A.

*Sonhos são como deuses quando não se acreditam neles:
deixam de existir!
(Antônio Cícero)*

Prova de que sonhos se realizam, a Casa de Cultura Laura Alvim é a concretização dos sonhos de Laura Alvim. Para tornar seu sonho real Laura investiu todo seu dinheiro na construção de um Centro Cultural feito em sua própria casa, onde poderia viver em prol da arte e incentivar a cultura.

A casa fica localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Ipanema, que por si só pode ser considerada patrimônio da cidade, pelas histórias que o cercam, personagens e identificação com o que seria o “estilo de vida” da cidade.

Mas no começo, Ipanema, que fica entre o Arpoador (palmas para o pô-do-sol) e o Leblon, teve como primeiros moradores os índios tamoios. Esses mesmos índios foram



dizimados - o que infelizmente não é nenhuma novidade - e por volta de 1575 foi instalado ali o Engenho Del Rei. Depois de passar por diversos donos e ser renomeado algumas vezes, em 1886, o Engenho foi repassado a José Antônio Moreira Filho, conhecido como Barão de Ipanema.

Em 1894, o Barão e seu sócio, Coronel Antônio José da Silva, começaram a urbanizar a área, que era apenas uma grande extensão de areia onde somente era possível chegar a pé ou de barco. Neste mesmo ano, para sorte do Barão, a linha do bonde foi estendida até a Praia da Igrejinha, no local onde hoje é o posto 6, em Copacabana, e o Barão e seu sócio, para melhorar o acesso as suas terras, inaugurou uma linha não oficial que ampliou o trajeto até Villa de Ipanema. Dessa maneira, com acesso facilitado, lotes e terras começam a ser vendidos na região.

Entre os anos 1906 e 1910, o médico Álvaro Alvim, começou a construir, uma das primeiras casas da hoje conhecida Avenida Vieira Souto, naquela época ainda considerada uma zona rural. O local era ideal para abrigar ele e sua família que fugia da epidemia de tifo que assolava o centro da cidade. Álvaro e sua esposa, Laura Agostini de Villalba Alvim, já haviam perdido seis filhos e quando Mariana, a filha mais nova, teve sarampo resolvem se afastar do centro da cidade. No ano de 1910, se mudam para a casa, Álvaro Alvim, sua esposa e seus três filhos, Álvaro Alvim Filho, Laura e Mariana.

Álvaro Alvim além de partidário da abolição, foi introdutor da radiologia e da radioterapia na América Latina e o criador da radiografia em tecidos moles. Para que essa tecnologia chegasse a todas as classes criou a *Assistência às Crianças Pobres*. Por conta de seu trabalho com *raios X* e a recusa em parar de trabalhar, mesmo quando este começou a ameaçar a própria saúde, Álvaro teve radiodermite, que levou à amputação de parte do seu antebraço e da mão direita. Álvaro foi condecorado com a Medalha Humanitária, pelo então presidente Artur Bernardes, por conta de seu empenho com seu trabalho em salvar vidas.

Álvaro Alvim morre em 1928 em decorrência de um câncer no fígado e deixa diversos terrenos e imóveis, inclusive o da Vieira Souto, que estava com uma hipoteca que datava da época em que Álvaro esteve doente. Laura, a filha do meio do casal Alvim, é quem retira a hipoteca da casa passando, a partir de então, a ser a única herdeira da casa, isso segundo Mariana Alvim em entrevista ao Jornal do Brasil.



(...) mamãe já havia perdido outros filhos por causa da tifo, pequenos e em Ipanema melhorei muito. Papai construiu a casa no terreno depois de demolir uma pequena construção. Mas ela pertence desde sua morte, só a Laura, porque ela trabalhou muito para pagar uma hipoteca que pesava sobre o imóvel. (ALVIM apud CÔRTEZ, 1985).

É a partir deste episódio que começam as diversas versões que cercam a casa e Laura Alvim. Segundo a família Alvim, Laura não era a única que tinha direito a casa, entretanto, como o objetivo aqui é discutir a CCLA enquanto patrimônio cultural, não destrincharemos essa polêmica e nos deteremos a história tida como “oficial”.

O real desejo da Laura Alvim era criar uma Fundação Cultural, e junto com isso, existia a vontade de preservar e propagar a memória de seu pai como o médico importante que foi e de seu avô materno, Ângelo Agostini, italiano naturalizado brasileiro, precursor da caricatura nacional, tendo papel de destaque na abolição da escravidão através de suas sátiras e críticas políticas. Ângelo criou em suas histórias um tipo brasileiro, o personagem *Cabrião*, que percorria a cidade atazanando os políticos do partido conservador, tornando-se com ele um dos pioneiros das histórias em quadrinhos. Como colaborador e editor dos periódicos *O Diabo Coxo*, *O Cabrião* entre outros, Ângelo abriu espaço para a produção literária satírica com representações da cidade e seus problemas, através de imagens, onde era possível não só questionar, mas também visualizar o que acontecia.

Depois de gastar todos seus bens em diversas obras que modificaram e prepararam o espaço para se tornar um local de cultura, Laura se viu impossibilitada, por questões financeiras, de continuar seu projeto. Procurou então diversos parceiros para levar adiante a sua empreitada. Conseguiu apoio junto à iniciativa privada através da Fundação SESAT (Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica) - tendo como representante Ney Suassuna - e do Colégio Anglo-Americano - representado por João Pessoa de Albuquerque - para criação da Sociedade Cultural Laura Agostini Alvim, uma sociedade cultural, tendo como presidente a própria Laura.

A casa foi dada como patrimônio desta Sociedade e seria o local onde seriam desenvolvidas as atividades desta. O registro civil data de 16 de fevereiro de 1981.

Mariana Alvim, irmã de Laura, insatisfeita com o rumo que estava tomando esse projeto, aciona Darcy Ribeiro, então vice-governador do Estado do Rio de Janeiro e



Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia, com quem havia trabalhado em Brasília. Com a iniciativa de Mariana os termos de criação da Sociedade começam a ser investigados e descobriu-se que havia um termo de comodato que definia a locação da casa, sem ônus, por 15 anos em nome da Sociedade e, junto com ele, um testamento assinado por Laura em 1981, onde a casa seria doada a mesma, após sua morte.

De acordo com este testamento quando Laura falecesse, o vice-presidente da Sociedade Cultural, no caso Ney Suassuna, assumiria a casa, podendo dar a esta o destino que quisesse, não tendo qualquer obrigação de implantar ali um centro cultural.

Somente com um novo testamento o espaço cultural idealizado por Laura estaria garantido. Assim, Mariana e Darcy Ribeiro convencem Laura a doar a casa para o Estado.

Foi feita então uma alteração no estatuto da Sociedade e em 18 de outubro 1983, no livro 2.000, fls. 133 v, Ato 077, no 22º Ofício de Notas, foi assinado o novo testamento, no qual constava que Laura entregaria o imóvel à FUNARJ (Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro). Desta maneira o testamento que beneficiava a Sociedade Cultural foi invalidado, uma vez que o mais recente sempre anula o anterior.

Segundo o testamento a casa poderia funcionar somente como um centro cultural. Em hipótese alguma, a casa poderia ser tirada do Estado e ficou acordado que a FUNARJ tomaria posse do prédio e o termo de comodato com a Sociedade Cultural seria desfeito, rompendo qualquer vínculo com essa e com as empresas envolvidas. A casa foi entregue à FUNARJ, através de um documento que autorizava sua ocupação imediata, para que se pudessem iniciar as reformas necessárias. Laura Alvim tinha na época 79 anos e uma vida de dedicação a construção daquele lugar.

O testamento recomenda a criação de um museu destinado à preservação da memória de seu pai, Álvaro Alvim e de seu avô, Ângelo Agostini, recomendando que a casa recebesse o nome de Casa de Álvaro Alvim – Centro de Artes Ângelo Agostini. Laura determinou também as atividades que deveriam acontecer na casa, como exposições de pinturas e esculturas, espetáculos teatrais de textos clássicos, um concurso anual de dramaturgia, além de recitais de música, cinema e demais eventos culturais, tudo de maneira democrática e acessível à população.

O prédio principal que abrigava a casa da família deveria chamar-se Casa de Álvaro Alvim, e teria um museu dedicado a seu pai, que seria inaugurado somente depois da morte de



Laura e o prédio atrás, onde Laura construiu o teatro, se chamaria Centro de Artes Ângelo Agostini, que contaria com teatro, galeria, cinema e salas para cursos.

Antes da inauguração houve ainda um entrave com moradores do espaço. Laura abrigava cerca de 50 (cinquenta) pessoas, que moravam na parte de trás da casa. Alguns se recusaram a sair do local, o que demandou outro processo e mais tempo de espera.

Laura falece em 22 de março de 1984, na casa que idealizou, cinco meses após a assinatura no testamento em favor da FUNARJ, sem ver a Casa de Cultura inaugurada.

Com o problema dos moradores resolvido na justiça as obras puderam ser feitas e em 12 de maio de 1986 a Casa de Cultura Laura Alvim iniciou suas atividades.

Em 28 anos de história...

A história de Laura e sua doação são inspiradoras, a questão agora é: o espaço realmente cumpriu o papel a que estava destinado?

Em 2014, a Casa de Cultura Laura Alvim completou vinte oito anos de funcionamento e além do Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da FUNARJ, contou ao longo desses anos com diversos investimentos e incentivos. Destacou-se pelo pioneirismo de reunir várias vertentes culturais em um único espaço, agregando o novo e o tradicional. Esta postura trouxe para a Casa um público diversificado onde todos tinham seu espaço, como o idealizado por centros culturais em geral. Após a inauguração a administração da Casa foi dividida em diversas direções, cada uma responsável por um setor: artes plásticas, música, teatro, museu, cursos e lançamentos. Entretanto duas vezes ao ano, todas essas áreas se reuniam em prol de um único tema. Um exemplo destes eventos foi o evento “Perto de Clarice”, em 1987.

No ano de inauguração, 1986, foi realizado o 1º Concurso de Dramaturgia – Prêmio Teatro Laura Alvim. O texto “Nossa Voz” de Luiz Lima Pereira, foi o campeão e encenado na Casa em 1987.

Outra característica interessante da Casa era que a mesma tinha espaço dedicado à música. O espaço *Porão* abrigava nos finais de semana, shows com grupos que estavam começando suas carreiras. Nomes como Marisa Monte, Inimigos do Rei e Zélia Duncan se apresentaram na Casa, ganhando notoriedade mais tarde. Em contrapartida, as Arcadas eram dedicadas à música erudita.



A Casa de Cultura Laura Alvim hoje segue seu principal objetivo enquanto Centro Cultural. É aberta ao público em geral e reúne diversas formas de cultura. Conta com dois teatros, o Teatro Laura Alvim e o Espaço Rogério Cardoso, três salas de cinema, oficinas de teatro e a galeria de artes. A Casa também serve de cenário para lançamento de livros e abrigou, por mais de duas décadas, concursos renomados como, por exemplo, o *Salão Carioca de Humor*.

O museu foi um dos pedidos de Laura e tinha como ideia a preservação da memória de seu pai e avô, personagens importantes na história do país, cada um em seu tempo e em sua área de atuação. Após sete anos fechado, o museu foi reaberto em 2002 com uma sala dedicada a Ângelo Agostini e outra a Álvaro Alvim, além da reconstituição do que seria o quarto de Laura, algumas peças de sua coleção de anjos barrocos e o enorme banheiro rosa com *closet*. Entretanto o espaço está fechado novamente para reformas, mas segundo a atual direção, serão criados novos espaços como um auditório e uma sala de leitura. Quanto à memória da Casa, propriamente dita, será reservada uma área para os personagens já citados (Laura, o pai Álvaro Alvim e o avô, Ângelo Agostini).

O acervo existente, que consiste de alguns anjos barrocos da coleção de Laura, fotografias originais da família, alguns poucos pertences de Laura e Álvaro, alguns quadros que foram expostos na galeria e doados a Casa, diversos livros, algumas obras de Ângelo Agostini, entre outros objetos, estão aguardando transferência, informação essa respaldada segundo a direção da Casa, para que possam ser melhores acondicionados, uma vez que a Casa não tem condições por conta das obras e da falta de espaço disponível para acondicioná-los de maneira adequada.

Porque a C.C.L.A. pode ser considerada um Patrimônio.

Podemos denominar a C.C.L.A. como patrimônio? E que patrimônio seria esse? A quem ele interessaria? O que faz esse espaço ser considerado um patrimônio? Para responder as perguntas acima devemos, a priori, definir patrimônio.

Podemos definir patrimônio como um conjunto de bens materiais e/ou imateriais que pode ser classificado de diversas maneiras, tais como: patrimônio artístico, patrimônio cultural, patrimônio ambiental, patrimônio histórico e etc.



Para Gonçalves (2003) essa diversidade de classificação se deve ao fato que a própria palavra “patrimônio” vive seu momento de expansão, ganhou nova roupagem e agregou diversos conteúdos a sua definição. Qualquer espaço, atividade, objeto, lugar, práticas e/ou até mesmo pessoas podem ser identificados como patrimônio. A palavra patrimônio deixou de ser uma entidade e passou a ser uma atividade, uma ação.

Para o objeto estudado aqui neste trabalho, uma instituição cultural, iremos ignorar essa característica multifacetada do patrimônio e focaremos na definição de patrimônio cultural.

Quando pensamos em patrimônio cultural pensamos em monumentos históricos, obras de arte antigas, ou lugares que presenciaram momentos memoráveis de nossa história, mas essa ideia de patrimônio cultural está incompleta, a noção de patrimônio cultural é bem mais diversa do que supomos.

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, no capítulo III - Art.216 constituem o patrimônio cultural brasileiro:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Diante do exposto até o presente momento, um centro cultural poderia ser considerado patrimônio cultural?

A Constituição Federal de 1988, citada acima, abre uma brecha ao citar como patrimônio cultural os espaços destinados às manifestações artístico-culturais. Seguindo essa ideia, um lugar de fazer artístico que preserva esse fazer através de sua prática e divulgação, poderia ser entendido como patrimônio cultural?

Para darmos uma dimensão maior a nossa pesquisa iremos mais a fundo na definição de patrimônio cultural. Conforme vimos na Constituição Federal, o patrimônio cultural é separado em duas categorias, material e imaterial.



Os de natureza material tiveram sua salvaguarda garantida em 1937, com o Decreto Lei nº 25, assinado por Getúlio Vargas, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelecendo:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Segundo o decreto citado o patrimônio cultural material é tombado em um dos quatro Livros do Tombo, sob responsabilidade do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), são eles: o arqueológico, etnográfico e paisagístico, o livro histórico, o de belas artes e o livro das artes aplicadas.

Os patrimônios de natureza imaterial por sua vez, somente receberam respaldo no ano de 2000, através do decreto nº 3.551, que estabeleceu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro registrados em um dos quatro Livros de Registro (dos saberes, das celebrações, de formas de expressão ou dos lugares), ou seja, o IPHAN reconhece como patrimônio imaterial: “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos (...) reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.

A Declaração de Caracas (1992), documento que resultou do Seminário A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios, afirma que “entende-se por patrimônio cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade aquelas expressões materiais e espirituais que as caracterizam”.

Diante dessas definições e da gama de ações e objetos que o patrimônio cultural abrange, é importante ressaltar que algo só é efetivamente institucionalizado como patrimônio



quando é aceito assim por parte da sociedade, quando o que foi tombado ou registrado como patrimônio representa não somente uma identidade, mas também a memória de determinado grupo, como especificado na Constituição de 1988. Dessa maneira, não é apenas o tombamento que assegura a função de algo como um patrimônio cultural, o aceite da sociedade ou de determinado grupo é que o legitima como tal.

Seguindo essa lógica, os centros culturais seriam patrimônios culturais por sua relação com a sociedade. No geral, não tanto por sua arquitetura, já que podem ser feitos nos mais variados espaços disponíveis, mas, sim, pelo seu poder de assegurar a continuidade e a criação de determinadas culturas e artes, e a propagação da mesma para um grupo diversificado e interessado.

Centros culturais vão além das concepções do que conhecemos como patrimônio cultural, vão além de instituições, monumentos e saberes. Os centros culturais são produtores e gestores que tem a responsabilidade de promover o patrimônio cultural, são instrumentos de preservação e propagação do que entendemos como cultura e patrimônio. Dessa maneira, mesmo que não sejam reconhecidos por diversas razões como patrimônios culturais, os centros culturais são locais com potencial de sobra para ser um espaço de promoção destes patrimônios.

Para Veloso (2007), o patrimônio cultural pode ser visto como um campo onde diversos atores constroem um discurso que seleciona e se apropria – e expropria - práticas e objetos. E têm como plateia seus próprios atores, os habitantes do local em que está inserido e os demais interessados em conhecê-los e praticá-los. Sob o ponto de vista defendido nesse trabalho, essa definição para patrimônios culturais muito se assemelha a definição que estabelecemos para centros culturais.

E quanto a Laura Alvim? Qual seria sua significação para o espaço por ela idealizado? A identidade de cada um, a identidade individual, é construída através da memória, isto é, através das escolhas e decisões que tomamos, tendo como base as nossas experiências e aprendizados. É justamente essa memória individual de Laura que está impregnada na casa, não só como a doadora do espaço, mas também por sua determinação em transformar a casa em um centro cultural e pelas histórias que cercam sua personalidade. Esse conjunto torna a Casa quase um semióforo. Segundo a definição de Chauí (2000): “Um *semióforo* pode ser, um fato, uma pessoa ou uma instituição, retirados da vida cotidiana desde que assumam um



caráter "invisível" ou seja, que se desprenda da sua significação material inicial e possa representar outra coisa que foge do visível”, ou seja, a C.C.L.A. deixa de ser um lugar privado, apenas a casa de uma família e passa a responder como espaço público que, para cada visitante, frequentador, aluno e funcionário, representa algo diferente. Cada um tem uma relação que transcende o objetivo inicial do espaço, que era apenas o de ser uma casa e Laura continua inserida nessa significação que cada um tem com o local. A figura de Laura é, sem dúvida, indispensável para a representatividade da Casa.

Junto a personalidade de Laura, o bairro de Ipanema, tão conhecido e cantado pelo mundo, faz parte do contexto da Casa de Cultura que extrapola seus limites físicos agregando o seu entorno como parte daquele espaço. Isto é, o entorno da Casa de Cultura faz parte do que ela representa, se não fosse em Ipanema seria uma outra casa, com outras representatividades, seria um outro contexto, uma outra memória. Ao contrário também é observado, assim como Ipanema se torna uma extensão da Casa, Laura com as suas vontades e idealizações se tornou efetivamente parte daquele bairro, além de ter vivido ali toda uma vida, deixou um legado que a faz ser parte da memória dos habitantes não só por ela própria, mas também pela vocação da Casa em ser um lugar dedicado à cultura e ao fazer cultura, Laura idealizando o espaço e se dedicando a concretização do mesmo, se tornou efetivamente parte do bairro em que viveu, e tem seu espaço garantido na construção da identidade daquele lugar, assim como a Casa em si, representa parte das histórias e das memórias do bairro de Ipanema.

Conclusões

Esse artigo pretendeu compreender os centros de cultura enquanto patrimônios culturais. Se as memórias são as bases da cultura e ambas (memória e cultura) constituem nosso patrimônio cultural e se a preservação e a propagação desse patrimônio representa a salvaguarda da nossa identidade – o que nos faz ser quem realmente somos enquanto indivíduos e enquanto grupos – os centros culturais por serem espaços criados para a disseminação das variadas vertentes culturais e ser aberto aos mais variados grupos tornam-se o território privilegiado do fazer cultural. Dessa maneira são eles, se não patrimônios, locais de fazer, recriar, preservar e propagar os mais variados diversos de patrimônio.



A Casa de Cultura Laura Alvim é um centro cultural, não só por suas características, mas também por ser desta maneira que foi especificado e definido por sua doadora e idealizadora. Porém, por ser uma casa particular que se tornou pública poderia ser chamada de casa museu, mesmo não seguindo os padrões vistos nestes modelos, que é o de manter a mesma organização espacial de quando eram habitadas por seus moradores. Entretanto, a característica mais importante que nos leva a intitular o espaço dessa maneira é o fato deste manter o espírito de Laura vivo, através de suas ideias e construções para o local, que continuam o mais fiel possível ao que foi idealizado por ela. De qualquer maneira, embora um espaço que conceba ao mesmo tempo centro cultural e casa museu não seja comum, essa característica ímpar, só vem agregar mais valor e diversidade a Casa.

A pergunta que faríamos a Laura seria: para que um espaço de memória dedicado a seu pai e avô chamado de museu? A resposta talvez seja simples. Para que estes não fossem esquecidos, o que seria um processo natural com o passar do tempo, quando seus feitos não tivessem relevância ao dia-a-dia atual. Entretanto Laura achou e acreditou que essas personalidades deveriam ser lembradas e, portanto, idealizou a criação de um espaço que foi denominado de museu. Nessa ideia, obviamente, a memória de Laura também foi preservada, ou deturpada (depende do ponto de vista, pontos estes não abordados neste trabalho), de qualquer maneira, independente do fim, o meio de chegar a ela, a conservação da memória, foi legítimo e é reconhecido como tal.

Não estamos aqui levantando questões quanto à visitação e conservação do espaço, ou quanto a real relevância de preservação da memória destes personagens - isto seria outra conversa - estamos focando no objetivo de preservação de uma memória, de algumas memórias e essa preservação é uma das funções das instituições conhecidas como museu.

Um centro cultural é um espaço cultural, baseado na ideia de geração e propagação da cultura como um todo, não tem como um de seus principais objetivos preservar uma memória (por mais que também possa desempenhar esse papel), talvez o maior objetivo desses locais seja fazer memórias.

Podemos concluir que a Casa de Cultura Laura Alvim é um espaço cultural diverso. Centro cultural por testamento, espaço cultural por definição, museu casa por sua história e museu pela maneira de propagar algumas memórias. Quanto ao seu acervo, este talvez, se concentre nas diversas memórias existentes no espaço, desde quando era somente a casa da



família Alvim, passando pelos sonhos de Laura, até chegar ao Centro Cultural, que focando nessa fase já são 28 anos de mais memória, memórias estas que se diferenciam de pessoa para pessoa, grupo para grupo, formando uma grande coleção de memória e fazendo, desse jeito, parte do patrimônio cultural do local que está inserido, dos seus frequentadores, funcionário e colaboradores.

REFERÊNCIAS

BONFIM, B. Ipanema vai ganhar um Centro Cultural de verdade – tudo como quer D. Laura Alvim, filha de cientista, neta de artista. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 jun.1981. Caderno B.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL, *Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937* - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 27 jul. 2014.

BRASIL, *Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000*-Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>

CHAUÍ, Marilena. A nação como semióforo. In___. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 11-29.

CHOAY, Françoise. Introdução. In___. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino traço, 2011.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras,1997.

COELHO, Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CÔRTEZ, C. Centro de Artes na Zona Sul será inaugurado em novembro – Casa vale 10 milhões de dólares. In:*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1985.

DECLARAÇÃO DE CARACAS. 1992.*ICOM*.Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/decl_caracas.asp>. Acesso em: 05 ago. 2014.



DIAS, Paula. *As perspectivas dos centros culturais*: Casa de Cultura Laura Alvim. 2006. 102 f. Monografia apresentada a Escola de Museologia da UNI-RIO para obtenção do grau de bacharel de Museóloga.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio: uma questão de valor. In: __. *O patrimônio em processo*: trajetória política federal da preservação no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p.33-50.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural*: trajetórias e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p. 59-73.

GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória Social. In: DODEBEI, Vera; GONDAR, Jô (Orgs.). *O que é memória social?* 2. reimpr. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011. p. 11-26.

IMPASSE na Casa de Álvaro Alvim. Duas famílias não saem – Já dura 1 ano o sonho de criar o centro cultural. In: *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 03 jun. 1985. Jornais de Bairro. p.05.

MILANESI, Luis. *A casa da invenção*. 4. ed. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 2003.

MIRANDA, Danilo Santos. *Políticas Culturais*. Barueri: Manole, 2003.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Sítio Cultural de Ipanema*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/Apac/anexos/Ipanema_tetos.pdf>. Acesso: em 20 mar. 2014.

RAMOS, Luciene Borges. *O centro cultural como equipamentos disseminador de informação*: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. 2007. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – UFMG, Minas Gerais, 2007.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Processo número 3.617*. Juízo de Direito da 15ª Vara Cível, Rio de Janeiro, 1985.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Processo número 3.985*, Estado do Rio de Janeiro. Juízo de Direito da 15ª Vara Cível, Rio de Janeiro, 1985.

SILVA, Mário Fernandes da - *Centros Culturais*: análise da produção bibliográfica. 2013. Dissertação (mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi, São Paulo, 2013.



SUELI, Glória. A mais sólida mansão de Ipanema. In: *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 08 jun. 1976. Cultura. p. 37.

VELOSO, M. O fetiche do patrimônio In: ABREU, R.; CHAGAS, M. de S.; SANTOS, M. S. dos (Orgs.). **Museus, coleções e patrimônio: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond; Iphan, Departamento de Museus, 2007. p. 229-245.